



SOBRAL

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Instituído pela Lei Municipal Nº 1.607/2017, de 02 de fevereiro de 2017

Sobral - Ceará, sexta-feira, 28 de julho de 2017

Ano I, Nº 115

SECRETARIA DA OUVIDORIA, CONTROLADORIA E GESTÃO

CENTRAL DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA DE SOBRAL

EXTRATO DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE SOBRAL – EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2017 – AMA - Aviso de Licitação – Comissão Permanente de Licitação. Data de Abertura: 17/08/2017 às 9h. OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de serviço de cercadura do terreno de entorno da unidade de conservação e proteção integral refúgio de vida silvestre pedra da andorinha, incluindo portão de acesso e placa indicativa/educativa. Valor do Edital: Gratuito. INFORMAÇÕES: Site: www.sobral.ce.gov.br, (Link Licitações) e Rua Viriato de Medeiros, 1.250, 4º Andar, Centro. Fone: (88) 3677-1157, Sobral-CE. 28/07/2017. A COMISSÃO – Karmelina Marjorie Nogueira Barroso – Presidente.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SOBRAL CMSS

RESOLUÇÃO Nº011/2017 – CMSS - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE SOBRAL. O Conselho Municipal de Saúde de Sobral, no uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90, pela Lei Municipal nº 052/93, alterada pela Lei Municipal nº 326/01, e pelo seu Regimento Interno; e CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Saúde de Sobral – CMSS é o órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo, normativo e controlador das políticas, estratégias e execuções das ações e serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do Município de Sobral; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; CONSIDERANDO o Decreto 7508, de 28 de junho de 2011; CONSIDERANDO a Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS); CONSIDERANDO as deliberações da Plenária da 7ª Reunião Ordinária do CMSS, realizada em 26 de julho de 2017. RESOLVE: Artigo 1º – Aprovar o CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO. Parágrafo Único – Para aprovação do CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO, foram consideradas as informações constantes no documento apresentado pela Santa Casa de Misericórdia de Sobral. Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sobral (CE), 27 de julho de 2017. Francisco Jose Leal de Vasconcelos - Presidente do CMSS.

RESOLUÇÃO Nº012/2017 - CMSS - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PROJETO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DO SALDO REMANESCENTE DO RECURSO DE MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE REDE PRÓPRIA DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL. O Conselho Municipal de Saúde de Sobral, no uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90, pela Lei Municipal nº 052/93, alterada pela Lei Municipal nº 326/01, e pelo seu Regimento Interno; e CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Saúde de Sobral – CMSS é o órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo, normativo e controlador das políticas, estratégias e execuções das ações e serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do Município de Sobral; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; CONSIDERANDO o Decreto 7508, de 28 de junho de 2011; CONSIDERANDO a Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS); CONSIDERANDO as deliberações da Plenária da 7ª Reunião Ordinária do CMSS, realizada em 26 de julho

de 2017. RESOLVE: Artigo 1º – Aprovar o PROJETO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DO SALDO REMANESCENTE DO RECURSO DE MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE REDE PRÓPRIA DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL. Parágrafo Único – Para aprovação do PROJETO DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DO SALDO REMANESCENTE DO RECURSO DE MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE REDE PRÓPRIA DO PROGRAMA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL, foram consideradas as informações constantes no documento apresentado pelo Coordenador da Assistência Farmacêutica de Sobral. Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sobral (CE), 27 de julho de 2017. Francisco Jose Leal de Vasconcelos - Presidente do CMSS.

RESOLUÇÃO Nº 013/2017 – CMSS - DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO INSTITUTO PARA GESTÃO EM SAÚDE DE SOBRAL. O Conselho Municipal de Saúde de Sobral, no uso de suas competências e atribuições conferidas pelas Leis Federais nº 8.080/90 e nº 8.142/90, pela Lei Municipal nº 052/93, alterada pela Lei Municipal nº 326/01, e pelo seu Regimento Interno; e CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Saúde de Sobral – CMSS é o órgão colegiado, de caráter permanente, deliberativo, normativo e controlador das políticas, estratégias e execuções das ações e serviços do Sistema Único de Saúde – SUS, no âmbito do Município de Sobral; CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012; CONSIDERANDO o Decreto 7508, de 28 de junho de 2011; CONSIDERANDO a Resolução CNS nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS); CONSIDERANDO as deliberações da Plenária da 7ª Reunião Ordinária do CMSS, realizada em 26 de julho de 2017. RESOLVE: Artigo 1º – Aprovar a PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO INSTITUTO PARA GESTÃO EM SAÚDE DE SOBRAL. Parágrafo Único – Para aprovação da PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 1º QUADRIMESTRE DO INSTITUTO PARA GESTÃO EM SAÚDE DE SOBRAL, foram consideradas as informações apresentadas pelo AHIRAM MARINHO FREITAS, Vice-Diretor do Instituto para Gestão em Saúde de Sobral e FRANCISCA REJANE CARNEIRO LEAL, Assessora Contábil do Instituto para Gestão em Saúde de Sobral. Artigo 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Sobral (CE), 28 de julho de 2017. Francisco Jose Leal de Vasconcelos - Presidente do CMSS.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE SOBRAL - CMDCA

ATA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA DATA DO DIA 28 DE JULHO DE 2017. Aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões da Casa dos Conselhos, às oito horas, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. PAUTAS: 1) ETAPA COMPETITIVA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº01/2017/ ITAÚ SOCIAL. Estiveram presentes à reunião os seguintes Conselheiros (as): TITULARES: Carmem Soares de Sousa (Presidente do CMDCA), Luisiany Prado Mouta (Fazenda da Esperança), Francisco Evaldo Alves Lima (Sociedade de Apoio à Família Sobralense) e Janaina Magalhães de Azevedo (Instituto Teias da Juventude); Fernanda Maria Matias Souza (Secretaria de Cultura, Juventude, Esporte e Lazer); Antonio Pereira da Silva (Federação Sobralense de Associações Comunitárias). SUPLENTE: Shyrlane do Nascimento Souza (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), Rovângela Domingues Neves (Secretaria de



Ivo Ferreira Gomes
Prefeito de Sobral

Christianne Marie Aguiar Coelho
Vice-Prefeita

David Gabriel Ferreira Duarte
Chefe do Gabinete do Prefeito

Aleandro Henrique Lopes Linhares
Procurador Geral do Município
Sílvia Kataoka de Oliveira
Secretária da Ouvidoria, Controladoria e Gestão
Ricardo Santos Teixeira
Secretário do Orçamento e Finanças
Francisco Herbert Lima Vasconcelos
Secretário Municipal da Educação
Gerardo Cristino Filho
Secretário Municipal da Saúde
Igor José Araújo Bezerra
Secretário da Cultura, Juventude, Esporte e Lazer

David Machado Bastos
Secretário de Obras, Mobilidade e Serviços Públicos
Marília Gouveia Ferreira Lima
Secretária do Urbanismo e Meio Ambiente
Raimundo Inácio Neto
Secretário do Trabalho e Desenvolvimento Econômico
Francisco Erlânio Matoso de Almeida
Secretário da Segurança e Cidadania
Julio Cesar da Costa Alexandre
Secretário dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social

Publicação diária de responsabilidade do Gabinete do Prefeito

Endereço de acesso: www.sobral.ce.gov.br/diario E-mail: diario@sobral.ce.gov.br

Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Econômico); Ada Verbena de Lóiola Vasconcelos (Secretaria de Cultura, Juventude, Esporte e Lazer); Daniele Pontes Passos (Secretaria de Educação); Antonia Márcia da Silva Mesquita (Sociedade de Apoio à Família Sobralense), CONVIDADOS: Priscila Oliveira Ponte (SDHAS). A Presidente do CMDCA Carmem Soares de Sousa saudou a todos os presentes, e explicou a importância da Reunião de Avaliação da Proposta a ser escolhida para inscrição no Edital do Itaú Social 2017; dando início a pauta deixando claro o grau de responsabilidades nos critérios de análise para avaliar cada projeto. Em função dos prazos do edital de Chamamento nº 01/2017, A partir das orientações que constam no quadro 2 do referido Edital, o colegiado sugere que se juntem em duplas para fazer essa avaliação e em cada critério de votação a comissão terá que explicar o porquê de suas pontuações e ao concluir, cada dupla faz uma breve apresentação ao colegiado para que seja feito um nivelamento com toda comissão; a Presidente deixa como norteio para os avaliadores os critérios de votação e as modalidades para que fique bem claro na hora de pontuar e não ser injusto com nenhuma entidade participante, os projetos deveram observar as modalidades previstas no tópico 3 do Edital Itaú Social. Reforçando que podem participar somente as Organizações de Sociedade Civil, entidades privadas sem fins lucrativos (Associação e Fundação), as Sociedades Cooperativas e as organizações religiosas que se dediquem a atividades /projetos de interesse público de cunho social distintas a fins religiosos. O conselho disponibilizou uma tabela com os critérios de avaliação com todos os tópicos (A),(B),(C),(D),(E) Disponível no Edital de Chamamento público. Após toda apresentação e explicações ao colegiado a Presidente dá um tempo para que os Conselheiros, que serão a comissão avaliadora, para que se reúnam em duplas como tinha sido sugerido e acetado por todos para lerem e analisarem as propostas inscritas, na entrega de cada projeto as duplas, a Presidente teve um sério cuidado nessa etapa explanando o item 6.2 do Edital de Chamamento Público nº 01/2017- CMDCA/SDHAS, o qual define o processo de votação feito pela Comissão de Seleção. Definidas as duplas com seus projetos ,cada equipe abriu seu envelope na frente de todo o colegiado e conferiu a documentação que estava lacrada. Após o processo de análise as duplas em plenário apresentaram as propostas e atribuições de notas. Sendo Assim a Comissão de Seleção homologou o seguinte resultado preliminar: Inscrição: 003 – Projetos Infância de Ouro- Valorização da Vida-Sociedade de Apoio à Família Sobralense (SAFS)– Pontuação 14 , classificação 1º colocado; inscrição 006- Projeto Pertença -Instituto Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes de Sobral(ECOA) – Pontuação 13 ; classificação 2º Colocado ; Inscrição : 001- Projeto Vida Cultural-Instituto Teias da Juventude(ITJ) Pontuação: 12,Classificação 3º Colocado; Inscrição 002 – Geração Educa Mais-Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sobral(APAE), Pontuação 10, classificação 4º colocado ; Inscrição 004-Projeto Veredas : Tecendo Novos Caminhos - Instituto Trevo de Quatro Folhas, Pontuação 09, Classificação – 5º colocado; inscrição; 005 –Projeto sem Identificação- Instituto Beneficente Casa Belém , Pontuação 04 , Classificação – Desclassificado; O resultado será divulgado conforme o Item 7 da Fase de Seleção do Edital de Chamamento Público nº 01/2017-CMDCA/SDHAS. Nada mais a tratar a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. Eu, Cesarina Taciana Santos Aragão secretária executiva deste Conselho lavrei a presente ata, que depois de lida, analisada e

aprovada por este Conselho, será assinada por quem de direito. Sobral, vinte e oito de julho de dois mil e dezessete. Sobral, 28 de julho de 2017. CARMEM SOARES DE SOUSA –Presidente.

RESOLUÇÃO Nº 07/2017 – CMDCA/SOBRAL - O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE RESOLVE APROVAR: O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sobral- CE, no uso das atribuições que lhe confere a lei municipal nº 239/99, de 06 de dezembro de 1999. E considerando a deliberação unânime da plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, adotada em sua 6ª Reunião Ordinária realizada em 28 de Julho do corrente ano, das 08:00h às 14:00h. Considerando os termos do Edital de Chamamento Público nº 01/2017 - CMDCA/SDHAS no item 7 da Fase de Seleção RESOLVE: Artigo 1º - Tornar público o resultado preliminar do referido edital deferido. Registre-se, Publique-se. Sobral, 28 de julho de 2017. CARMEM SOARES DE SOUSA –Presidente

INSCRIÇÃO	PROJETO	INSTITUIÇÃO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
003	Infância de Ouro - Valorização da Vida	Sociedade de Apoio a Família Sobralense (SAFS)	14	1º
006	Projeto Pertença	Instituto Escola de Cultura, Comunicação, Ofícios e Artes Sobral (ECOA)	13	2º
001	Projeto Vida Cultural	Instituto Teias da Juventude (ITJ)	12	3º
002	Geração Educa Mais	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Sobral (APAE)	10	4º
004	Veredas: Tecendo Novos Caminhos	Instituto Trevo de Quatro Folhas	09	5º
005	Projeto Sem Identificação	Instituto Beneficente Casa Belém	04	Desclassificado

CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL

ATO DE EXONERAÇÃO 027/2017 - O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Sobral, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 19 Parágrafo Único, Inciso XXX do Regimento Interno da Câmara Municipal de Sobral, e o Art. 72, Inciso II da Lei Orgânica do Município, combinado com a Lei Municipal nº 1461/2015. RESOLVE: EXONERAR a pedido o Sr. NASCIMENTO DA CONCEIÇÃO ROCHA do cargo de COORDENADOR DE GABINETE, lotado no gabinete do Vereador Carlos Evanilson Oliveira Vasconcelos, com atribuições e vencimentos previstos em Lei nº 1461/2015, de 15 de abril de 2015, publicada em 16 de abril de 2015. PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, em 28 de julho de 2017. Paulo César Lopes Vasconcelos - Presidente da Câmara Municipal de Sobral.

PORTARIA Nº 517 de 28 de julho de 2017. O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO o dispositivo na Lei Municipal nº 1250/13 de 27 de junho de 2013, que dispõe sobre o prazo de licença-maternidade das servidoras públicas municipais. RESOLVE: Art. 1º Fica prorrogada por mais 120 (cento e vinte dias) a duração da licença-maternidade, da servidora Walderlândia Araújo dos Santos. Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOBRAL, em 28 de julho de 2017. Paulo César Lopes Vasconcelos - Presidente da Câmara Municipal de Sobral.

SECRETARIA DO ORÇAMENTO E FINANÇAS
RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

MUNICÍPIO DE SOBRAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO/2017 - BIMESTRE MAIO E JUNHO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	575.552.284,53	575.552.284,53	98.890.119,25	17,18	284.384.098,77
RECEITAS CORRENTES	552.438.416,61	552.438.416,61	97.395.144,49	17,63	281.210.842,59
RECEITA TRIBUTÁRIA	42.665.046,46	42.665.046,46	12.339.359,08	28,92	24.050.689,90
Impostos	38.492.332,83	38.492.332,83	11.304.173,17	29,37	21.092.009,42
Taxas	4.172.713,63	4.172.713,63	1.035.185,91	24,81	2.958.680,48
Contribuição de Melhoria					
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	13.218.744,08	13.218.744,08	1.877.998,00	14,21	5.990.917,99
Contribuições Sociais					
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	1.401.665,09	1.401.665,09	0,00	0,00	20.129,69
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	11.817.078,99	11.817.078,99	1.877.998,00	15,89	5.970.788,30
RECEITA PATRIMONIAL	6.865.055,71	6.865.055,71	1.838.801,19	26,78	5.130.270,59
Receitas Imobiliárias	428.273,54	428.273,54	129.998,53	30,35	333.504,32
Receitas de Valores Mobiliários	6.436.416,23	6.436.416,23	1.708.802,66	26,55	4.796.766,27
Receita de Concessões e Permissões					
Compensações Financeiras					
Receita Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público					
Receita da Cessão de Direitos					
Outras Receitas Patrimoniais	365,94	365,94	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUÁRIA					
Receita da Produção Vegetal					
Receita da Produção Animal e Derivados					
Outras Receitas Agropecuárias					
RECEITA INDUSTRIAL	17.215,15	17.215,15	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria Extrativa Mineral					
Receita da Indústria de Transformação	17.215,15	17.215,15	0,00	0,00	0,00
Receita da Indústria de Construção					
Outras Receitas Industriais					
RECEITA DE SERVIÇOS	32.514.337,82	32.514.337,82	4.913.173,36	15,11	14.254.383,96
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	455.192.915,60	455.192.915,60	75.196.285,30	16,52	227.218.917,76
Transferências Intergovernamentais	444.696.451,03	444.696.451,03	72.646.787,87	16,34	220.526.154,45
Transferências de Instituições Privadas					
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas					
Transferências de Convênios	10.496.464,57	10.496.464,57	2.549.497,43	24,29	6.692.763,31
Transferências para o Combate à Fome					
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.965.101,79	1.965.101,79	1.229.527,56	62,57	4.565.662,39
Multas e Juros de Mora	865.101,78	865.101,78	323.202,08	37,36	802.151,77
Indenizações e Restituições	200.000,00	200.000,00	99.923,50	49,96	1.563.377,62
Receita da Dívida Ativa	850.000,00	850.000,00	607.623,72	71,49	1.649.306,34
Receita Decorrente de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS					
Receitas Correntes Diversas	50.000,01	50.000,01	198.778,26	397,56	550.826,66
RECEITAS DE CAPITAL	23.113.867,92	23.113.867,92	1.494.974,76	6,47	3.173.256,18
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	928.032,80	928.032,80	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	928.032,80	928.032,80	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas					
ALIENAÇÃO DE BENS					
Alienação de Bens Móveis					
Alienação de Bens Imóveis					
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS					
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22.185.835,12	22.185.835,12	1.494.974,76	6,74	3.173.256,18
Transferências Intergovernamentais	4.193.872,98	4.193.872,98	0,00		0,00
Transferências de Instituições Privadas					
Transferências do Exterior					
Transferências de Pessoas					
Transferências de Outras Instituições Públicas					
Transferências de Convênios	17.991.962,14	17.991.962,14	1.494.974,76	8,31	3.173.256,18
Transferências para o Combate à Fome					
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL					
Integralização do Capital Social					
Dív. Atv. Prov. da Amortiz. de Emp. e Financ.					
Receita Auferida por Detentores de Títulos do Tesouro Nacional Resgatados					
Receitas de Alienação de Certificados de Potencial Adicional de Construção-CEPAC					
Outras Receitas de Capital					
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00		0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	575.552.284,53	575.552.284,53	98.890.119,25	17,18	284.384.098,77
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)					
Operações de Crédito Internas					
Mobiliária					
Contratual					
Operações de Crédito Externas					
Mobiliária					
Contratual					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	575.552.284,53	575.552.284,53	98.890.119,25	17,18	284.384.098,77
DÉFICIT (VI)					
TOTAL (VII) = (V + VI)	575.552.284,53	575.552.284,53			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS					
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais					
Reabertura de Créditos Adicionais					

Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS									
Demais Receitas Correntes									
RECEITAS DE CAPITAL									
Alienação de Bens, Direitos e Ativos									
Outras Receitas de Capital									
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (III) = (I + II)									
	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS		
DESPESAS	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Em 2017	Em 2016	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)									
Benefícios Previdenciários do Governo Federal									
Aposentadorias									
Pensões									
Outros Benefícios					SEM MOVIMENTO				
Outras Despesas									
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS									
Demais Despesas									
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)									
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RGPS (VI) = (IV + V)									
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)									
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	PREVISÃO		PREVISÃO		RECEITAS REALIZADAS				
	INICIAL	ATUALIZADA	ATUALIZADA		Até o Bimestre/ 2017		Até o Bimestre/ 2016		
TOTAL DOS APORTES PARA O RGPS (PLANO FINANCEIRO)									
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras									
Provenientes do Orçamento da Seguridade Social									
Provenientes do Orçamento Fiscal									
Recursos para Formação de Reserva									
Outros Aportes para o RGPS									
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RGPS			PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA						
VALOR									
BENS E DIREITOS DO RGPS			PERÍODO DE REFERÊNCIA						
			2017			2016			
CAIXA									
BANCOS CONTA MOVIMENTO									
INVESTIMENTOS									
OUTROS BENS E DIREITOS									
FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Secretaria do Orçamento e Finanças. Emissão: 27/07/2017, às 09:49 h.									
IVO FERREIRA GOMES PREFEITO MUNICIPAL					RICARDO SANTOS TEIXEIRA SECRETÁRIO DO ORÇAMENTO E FINANÇAS				
SILVIA KATAOKA DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DA OUVIDORIA, CONTROLADORIA E GESTÃO					M ARIA JEANE MENESCAL ALBUQUERQUE SALES CONTADORA				

MUNICÍPIO DE SOBRAL									
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA									
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL									
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL									
JANEIRO A JUNHO/2017 - BIMESTRE MAIO E JUNHO									
RREO - ANEXO 5 (LRF, art 53, inciso III)									Em Reais
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Em 31/Dez/2016		SALDO		Em 30/04/2017		Em 30/06/2017		
	(a)	(b)	(c)						
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	21.078.865,32	20.110.016,66	19.138.011,04						
DEDUÇÕES (II)	72.493.453,54	124.090.047,86	131.580.378,79						
Disponibilidade de Caixa	62.784.417,34	114.381.011,66	121.871.342,59						
Disponibilidade de Caixa Bruta	95.123.976,09	122.573.853,24	126.108.450,35						
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto precatórios)	32.339.558,75	8.192.841,58	4.237.107,76						
Demais Haveres Financeiros	9.709.036,20	9.709.036,20	9.709.036,20						
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00						
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00						
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	2.162.033,95	2.162.033,95	2.162.033,95						
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.162.033,95	-2.162.033,95	-2.162.033,95						
RESULTADO NOMINAL	No Bimestre (VIc - VIb)		PERÍODO DE REFERÊNCIA		Até o Bimestre (VIc - VIa)				
VALOR	0,00				0,00				
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL					VALOR CORRENTE				
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA					-13.342.355,33				
FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Secretaria do Orçamento e Finanças. Emissão: 27/07/2017, às 10:00h.									
IVO FERREIRA GOMES PREFEITO MUNICIPAL					RICARDO SANTOS TEIXEIRA SECRETÁRIO DO ORÇAMENTO E FINANÇAS				
SILVIA KATAOKA DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DA OUVIDORIA, CONTROLADORIA E GESTÃO					M ARIA JEANE MENESCAL ALBUQUERQUE SALES CONTADORA				

MUNICÍPIO DE SOBRAL							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO - ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO/2017 - BIMESTRE MAIO E JUNHO							
RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)							Em reais
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS					
		Até o Bimestre/ 2017			Até o Bimestre/ 2016		
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	546.002.003,38	276.414.076,32	265.057.494,50				
Receitas Tributárias	42.665.046,46	24.050.689,90	22.811.209,00				
IPTU	5.935.948,17	6.019.782,53	4.532.143,75				
ISS	21.315.569,99	9.769.482,34	9.553.416,52				
ITBI	3.102.336,98	1.473.043,95	1.431.067,15				
IRRF	8.138.477,69	3.829.700,60	3.996.700,65				
Outras Receitas Tributárias	4.172.713,63	2.958.680,48	3.297.880,93				
Receitas de Contribuições	13.218.744,08	5.990.917,99	6.256.018,22				
Receitas Previdenciárias							
Outras Receitas de Contribuições	13.218.744,08	5.990.917,99	6.256.018,22				
Receita Patrimonial Líquida	428.642,48	333.504,32	222.962,92				
Receita Patrimonial	6.865.055,71	5.130.270,59	3.503.286,81				
(-) Aplicações Financeiras	6.436.413,23	4.796.766,27	3.280.323,89				
Transferências Correntes	455.192.915,60	227.218.917,76	219.529.768,45				
Cota-Parte do FPM	88.011.224,94	45.906.672,56	42.398.441,91				
Cota-Parte do ICMS	94.764.916,34	45.377.937,92	44.906.960,36				
Cota-Parte do IPVA	9.567.685,33	9.568.025,44	7.917.878,22				
Convênios	10.496.464,57	6.692.763,31	5.524.769,56				
Outras Transferências Correntes	252.352.624,42	119.673.518,53	118.781.718,40				
Demais Receitas Correntes	34.496.654,76	18.820.046,35	16.237.535,91				
Dívida Ativa	850.000,00	1.649.306,34	2.385.852,39				
Diversas Receitas Correntes	33.646.654,76	17.170.740,01	13.851.683,52				
RECEITAS DE CAPITAL (II)	23.113.867,92	3.173.256,18	5.321.265,44				
Operações de Crédito (III)	928.032,80	0,00	0,00				
Amortização de Empréstimos (IV)							
Alienação de Bens (V)							
Transferências de Capital	22.185.835,12	3.173.256,18	5.321.265,44				
Convênios	17.991.962,14	3.173.256,18	5.321.265,44				
Outras Transferências de Capital	4.193.872,98	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital							
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	22.185.835,12	3.173.256,18	5.321.265,44				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	568.187.838,50	279.587.332,50	270.378.759,94				
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS				INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	516.910.498,65	254.110.601,93	279.276.206,03	230.201.462,77	241.939.306,07		
Pessoal e Encargos Sociais	146.485.711,64	76.036.195,27	74.681.087,40	69.465.925,35	64.610.374,27		
Juros e Encargos da Dívida (IX)	928.053,05	0,00	0,00	0,00	0,00		
Outras Despesas Correntes	369.496.733,96	178.074.406,66	204.595.118,63	160.735.537,42	177.328.931,80		
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	515.982.445,60	254.110.601,93	279.276.206,03	230.201.462,77	241.939.306,07		
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	57.555.922,42	12.724.629,56	14.154.119,07	11.031.017,79	13.176.540,22		
Investimentos	53.599.371,00	11.659.564,70	10.610.536,69	9.090.163,51	10.182.573,16		
Inversões Financeiras	191.508,62	0,00	0,00	0,00	0,00		
Concessão de Empréstimos (XII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)							
Demais Inversões Financeiras	191.508,62	0,00	0,00	0,00	0,00		
Amortização da Dívida (XIV)	3.765.042,80	1.065.064,86	3.543.582,38	1.940.854,28	2.993.967,06		
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	53.790.879,62	11.659.564,70	10.610.536,69	9.090.163,51	10.182.573,16		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.085.863,46						
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00						
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	570.859.188,68	265.770.166,63	289.886.742,72	239.291.626,28	252.121.879,23		
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.671.350,18	13.817.165,87	-19.507.982,78	40.295.706,22	18.256.880,71		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL						VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA							-3.257.823,32

FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Secretária do Orçamento e Finanças. Emissão: 27/07/2017, às 11:00h.

IVO FERREIRA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO SANTOS TEIXEIRA
SECRETÁRIO DO ORÇAMENTO E FINANÇAS

MUNICÍPIO DE SOBRAL													
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA													
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO													
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL													
JANEIRO A JUNHO/2017 - MAIO E JUNHO													
RREO - ANEXO 7 (LRF, art. 53, inciso V)													Em Reais
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	Saldo Total	
Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016	Em Exercícios Anteriores				Em 31 de dezembro de 2016							
(a)	(b)	(c)	(d)	e=(a+b)-(c+d)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j)	k=(f+g)-(i+j)	L=(e+k)		
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)	3.824.363,22	28.515.195,53	28.102.450,99	0,00	4.237.107,76	284.915,18	4.492.267,69	3.977.493,24	3.254.224,55	0,00	1.522.958,32	5.760.066,08	
PODER EXECUTIVO	3.819.191,32	28.515.195,53	28.102.450,99	0,00	4.231.935,86	284.915,18	4.492.267,69	3.977.493,24	3.254.224,55	0,00	1.522.958,32	5.754.894,18	
Prefeitura Municipal	3.816.970,42	28.137.150,75	27.728.909,53	0,00	4.225.211,64	221.677,26	4.183.480,38	3.669.303,17	2.946.034,48	0,00	1.459.123,16	5.684.334,80	
Serviço Autônomo de Água e Esgoto	2.220,90	378.044,78	373.541,46	0,00	6.724,22	63.237,92	308.787,31	308.190,07	308.190,07	0,00	63.835,16	70.559,38	
PODER LEGISLATIVO	5.171,90	0,00	0,00	0,00	5.171,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.171,90	
Câmara Municipal	5.171,90	0,00	0,00	0,00	5.171,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.171,90	
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	3.824.363,22	28.515.195,53	28.102.450,99	0,00	4.237.107,76	284.915,18	4.492.267,69	3.977.493,24	3.254.224,55	0,00	1.522.958,32	5.760.066,08	

FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Secretária do Orçamento e Finanças. Emissão: 27/07/2017, às 11:10h.

IVO FERREIRA GOMES
PREFEITO MUNICIPAL

RICARDO SANTOS TEIXEIRA
SECRETÁRIO DO ORÇAMENTO E FINANÇAS

SILVIA KATAÓCA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA DA OUVIDORIA, CONTROLADORIA E GESTÃO

MARIA JEANE MENESCAL ALBUQUERQUE SALES
CONTADORA

MUNICÍPIO DE SOBRAL																				
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA																				
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE																				
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL																				
JANEIRO A JUNHO/2017 - BIMESTRE MAIO E JUNHO																				
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)																				
RS 1,00																				
RECEITAS DO ENSINO			PREVISÃO			PREVISÃO			RECEITAS REALIZADAS											
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)			INICIAL			ATUALIZADA			Até o Bimestre											
						(a)			(b)											
									(c) = (b/a)x100											
1- RECEITA DE IMPOSTOS			40.007.434,61			40.007.434,61			22.711.009,67			56,77								
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU			6.751.049,95			6.751.049,95			7.190.030,92			106,50								
1.1.1- IPTU			5.935.948,17			5.935.948,17			6.019.782,53			101,41								
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU			815.101,78			815.101,78			1.170.248,39			143,57								
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI			3.102.336,98			3.102.336,98			1.473.043,95			47,48								
1.2.1- ITBI			3.102.336,98			3.102.336,98			1.473.043,95			47,48								
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI																				
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS			22.015.569,99			22.015.569,99			10.218.234,20			46,41								
1.3.1- ISS			21.315.569,99			21.315.569,99			9.769.482,34			45,83								
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS			700.000,00			700.000,00			448.751,86			64,11								
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF			8.138.477,69			8.138.477,69			3.829.700,60			47,06								
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural – ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)																				
1.5.1- ITR																				
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR																				
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS			193.157.493,08			193.157.493,08			101.140.741,46			52,36								
2.1- Cota-Parte FPM			88.011.224,94			88.011.224,94			45.906.672,56			52,16								
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b			88.011.224,94			88.011.224,94			45.906.672,56			52,16								
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d																				
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e																				
2.2- Cota-Parte ICMS			94.764.916,34			94.764.916,34			45.377.937,92			47,88								
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996			316.048,06			316.048,06			146.584,46			46,37								
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação			470.435,61			470.435,61			136.300,85			28,97								
2.5- Cota-Parte ITR			27.182,80			27.182,80			5.240,23			19,28								
2.6- Cota-Parte IPVA			9.567.685,33			9.567.685,33			9.568.025,44			100,00								
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro																				
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)			233.164.927,69			233.164.927,69			123.851.751,13			53,12								
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO			PREVISÃO INICIAL			PREVISÃO ATUALIZADA			RECEITAS REALIZADAS											
									Até o Bimestre											
									(b)											
									(c) = (b/a)x100											
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO																				
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE			10.928.914,35			10.928.914,35			5.235.020,78			47,90								
5.1- Transferências do Salário-Educação			2.785.450,41			2.785.450,41			2.643.940,67			94,92								
5.2- Transferências Diretas - PDDE																				
5.3- Transferências Diretas - PNAE			4.225.643,44			4.225.643,44			1.587.834,20			37,58								
5.4 - Transferências Diretas - PNATE			599.344,05			599.344,05			806.902,72			134,64								
5.5- Outras Transferências do FNDE			818.476,45			818.476,45			0,00			0,00								
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE			2.500.000,00			2.500.000,00			196.343,19			7,85								
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS			7.328.842,50			7.328.842,50			873.808,99			11,92								
6.1- Transferências de Convênios			7.228.842,50			7.228.842,50			838.320,46			11,60								
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios			100.000,00			100.000,00			35.488,53			35,49								
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO																				
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO																				
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)			18.257.756,85			18.257.756,85			6.108.829,77			33,46								
FUNDEB			PREVISÃO INICIAL			PREVISÃO ATUALIZADA			RECEITAS REALIZADAS											
RECEITAS DO FUNDEB			INICIAL			ATUALIZADA			Até o Bimestre											
									(b)											
									(c) = (b/a)x100											
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB			38.631.498,62			38.631.498,62			20.206.159,50			52,30								
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)			17.602.244,99			17.602.244,99			9.159.346,03			52,04								
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)			18.952.983,27			18.952.983,27			9.075.587,52			47,88								
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)			63.209,61			63.209,61			29.312,88			46,37								
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)			94.087,12			94.087,12			27.260,11			28,97								
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecado Destinados ao FUNDEB – (20% de ((1.5 – 1.5.5) + 2.5))			5.436,56			5.436,56			1.048,00			19,28								
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)			1.913.537,07			1.913.537,07			1.913.604,96			100,00								
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB			180.333.358,73			180.333.358,73			95.399.150,09			52,90								
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB			108.764.220,56			108.764.220,56			57.412.237,69			52,79								
11.2- Complementação da União ao FUNDEB			70.132.721,94			70.132.721,94			37.206.078,19			53,05								
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB			1.436.416,23			1.436.416,23			780.834,21			54,36								
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)			70.132.721,94			70.132.721,94			37.206.078,19			53,05								
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB																				
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB																				
DESPESAS DO FUNDEB			DOTAÇÃO INICIAL			DOTAÇÃO ATUALIZADA			DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS								
									Até o Bimestre			Até o Bimestre								
									(e)			(g)								
									(f) = (e/d)x100			(h) = (g/d)x100								
									(i)			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS6								
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO			66.255.976,91			66.255.976,91			34.762.872,91			53,27			31.109.333,43			47,67		
13.1- Com Educação Infantil			12.477.064,85			12.477.064,85			8.481.394,61			67,98			7.907.478,37			63,38		
13.2- Com Ensino Fundamental			53.778.912,06			53.778.912,06			26.281.478,30			49,80			23.201.855,06			43,96		
14- OUTRAS DESPESAS			48.949.659,87			48.949.659,87			27.785.933,34			56,76			24.175.173,13			49,39		
14.1- Com Educação Infantil			2.705.697,37			2.705.697,37			773.313,00			28,58			326.126,00			11,87		
14.2- Com Ensino Fundamental			46.243.962,50			46.243.962,50			27.012.620,34			58,22			23.849.047,13			51,56		
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)			115.205.636,78			118.995.636,78			62.548.806,25			53,98			55.284.506,56			47,79		
DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB															VALOR					
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB															VALOR					
16.1 - FUNDEB 60%																				
16.2 - FUNDEB 40%																				
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB															VALOR					
17.1 - FUNDEB 60%																				
17.2 - FUNDEB 40%																				
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)															VALOR					
INDICADORES DO FUNDEB															VALOR					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)															55.284.506,56					
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério I ((13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %															53,46					
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %															41,54					
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %																				
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE															VALOR					
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS																				
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017																				
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB																				
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE			DOTAÇÃO INICIAL			DOTAÇÃO ATUALIZADA			DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS								
									Até o Bimestre			Até o Bimestre								
									(e)			(g)								
									(f) = (e/d)x100			(h) = (g/d)x100								
									(i)			INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS6								
22- EDUCAÇÃO INFANTIL			20.388.417,03			20.131.417,03			10.901.653,96			54,15			9.718.090,92			48,27		
22.1 - Creche																				
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB																				
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos																				
22.2 - Pré-escola			20.388.417,03			20.131.417,03			10.901.653,96			54,15			9.718.090,92			48,27		

22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	15.182.762,22	14.252.762,22	9.254.707,61	64,93	8.233.604,37	57,77	
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	5.205.654,81	5.878.654,81	1.646.946,35	28,02	1.484.486,55	25,25	
23- ENSINO FUNDAMENTAL	136.910.710,89	137.167.710,89	61.948.411,40	45,16	53.787.837,44	39,21	
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	100.022.874,56	99.952.874,56	53.294.098,64	53,32	47.050.902,19	47,07	
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	36.887.836,33	37.214.836,33	8.654.312,76	23,26	6.736.935,25	18,10	
24- ENSINO MÉDIO							
25- ENSINO SUPERIOR							
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR							
27- OUTRAS	4.216.853,25	4.216.853,25	1.775.362,07	42,10	1.715.448,07	40,68	
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22+23 + 24 + 25 + 26 + 27)	161.515.981,17	161.515.981,17	74.625.427,43	46,20	65.221.376,43	40,38	
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL							
						VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						37.206.078,19	
30- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						780.834,21	
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)							
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO							
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE							
OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS							
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE							
RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM							
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)							
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35j)						37.986.912,40	
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36)j)						26.171.267,87	
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%⁵						21,13	
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE							
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁶
	INICIAL	ATUALIZADA (d)	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100	
MUNICÍPIO DE SOBRAL							
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE							
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL							
JANEIRO A JUNHO/2017 - BIMESTRE MAIO E JUNHO							
RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)							
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE							RS 1,00
IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	2.600.000,00	2.600.000,00	231.831,72	8,92	231.831,72	8,92	
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	2.875.450,41	2.875.450,41	2.643.940,67	91,95	2.582.378,82	89,81	
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	12.782.306,44	12.782.306,44	3.233.057,38	25,29	1.937.059,70	15,15	
43- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA							
FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40 + 41 + 42)	12.257.756,85	18.257.756,85	6.108.829,77	1,00	4.751.270,24	26,02	
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (28 + 43)							
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA							
DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO							
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE							
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino							
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB							
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA							
	FUNDEB			SALÁRIO EDUCAÇÃO			
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016			12.339.051,70				41.593,27
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			57.412.237,69				2.643.940,67
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			57.173.385,52				127.101,86
48.1 Orçamento do Exercício			47.398.179,13				127.101,86
48.2 Restos a Pagar			9.775.206,39				0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			780.834,21				61.561,85
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE			13.358.738,08				2.619.993,93
51- (+) Ajustes			1.602.986,92				0,00
51.1 Retenções			1.602.986,92				0,00
51.2 Conciliação Bancária							
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO			14.961.725,00				2.619.993,93
FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Secretaria do Orçamento e Finanças. Emissão: 28/07/2017, às 12:08 h.							
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício							
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."							
3 Caput do artigo 212 da CF/1988							
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos com disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.							
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.							
6 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.							
7 Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre							
IVO FERREIRA GOMES PREFEITO MUNICIPAL			RICARDO SANTOS TEIXEIRA SECRETÁRIO DO ORÇAMENTO E FINANÇAS				
SILVIA KATAOCA DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DA OUVIDORIA, CONTROLADORIA E GESTÃO			MARIA JEANE MENESCAL ALBUQUERQUE SALES CONTADORA				

MUNICÍPIO DE SOBRAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO/2017 - BIMESTRE MAIO E JUNHO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)							RS 1,00
RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS REALIZADAS				
	INICIAL	ATUALIZADA	Até o Bimestre	%			
		(a)	(b)	(b/a) x 100			
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	40.007.434,61	40.007.434,61	22.711.009,67	56,77			
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.935.948,17	5.935.948,17	6.019.782,53	101,41			
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	3.102.336,98	3.102.336,98	1.473.043,95	47,48			
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	21.315.569,99	21.315.569,99	9.769.482,34	45,83			
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	8.138.477,69	8.138.477,69	3.829.700,60	47,06			
Imposto Territorial Rural - ITR							
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	665.101,78	665.101,78	26.248,46	3,95			
Dívida Ativa dos Impostos	850.000,00	850.000,00	1.592.751,79	187,38			
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa							
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	193.157.493,08	193.157.493,08	101.140.741,46	52,36			
Cota-Parte FPM	88.011.224,94	88.011.224,94	45.906.672,56	52,16			
Cota-Parte ITR	27.182,80	27.182,80	5.240,23	19,28			
Cota-Parte IPVA	9.567.685,33	9.567.685,33	9.568.025,44	100,00			
Cota-Parte ICMS	94.764.916,34	94.764.916,34	45.377.937,92	47,88			

Cota-Parte IPI-Exportação	470.435,61	470.435,61	136.300,85	28,97
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	316.048,06	316.048,06	146.564,46	46,37
Desoneração ICMS (LC 87/96)	316.048,06	316.048,06	146.564,46	46,37
Outras				
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	233.164.927,69	233.164.927,69	123.851.751,13	53,12
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		(c)	Até o Bimestre (d)	% (d/e) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE -SUS	167.875.982,09	167.875.982,09	74.967.952,06	44,66
Provenientes da União	167.875.982,09	167.875.982,09	74.967.952,06	44,66
Provenientes dos Estados				
Provenientes de Outros Municípios				
Outras Receitas do SUS				
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	19.035.528,21	19.035.528,21	6.008.466,82	31,56
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE				
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.000.000,00	2.000.000,00	1.005.348,96	50,27
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	188.911.510,30	188.911.510,30	81.981.767,84	43,40

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	%	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	%	Inscritas em Restos a Pagar não Processados ⁷
	(e)	(f)	(f/e) x 100	(g)	(g/e) x 100		
DESPESAS CORRENTES	204.239.262,55	203.939.262,55	110.303.223,54	54,09	104.997.943,85	51,48	
Pessoal e Encargos Sociais	32.226.221,11	32.506.221,11	17.826.539,08	54,84	17.385.506,63	53,48	
Juros e Encargos da Dívida							
Outras Despesas Correntes	172.013.041,44	171.433.041,44	92.476.684,46	53,94	87.612.437,22	51,11	
DESPESAS DE CAPITAL	9.985.294,98	10.285.294,98	568.486,00	5,53	539.441,03	5,24	
Investimentos	9.985.294,98	10.285.294,98	568.486,00	5,53	539.441,03	5,24	
Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida							
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	214.224.557,53	214.224.557,53	110.871.709,54	51,75	105.537.384,88	49,26	
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	%	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	%	Inscritas em Restos a Pagar não Processados ⁷
	(h)	(i)	(h/IVf)x100	(i/IVg)x100			
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS							
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL							
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	171.659.632,82	170.849.632,82	87.190.508,88	51,03	83.130.121,93	48,66	
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	167.875.982,09	164.765.982,09	80.037.340,71	48,58	76.010.917,76	46,13	
Recursos de Operações de Crédito							
Outros Recursos	3.783.650,73	6.083.650,73	7.153.168,17	117,58	7.119.204,17	117,02	
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS							
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-					
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²							
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³							
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	171.659.632,82	170.849.632,82	87.190.508,88	51,03	83.130.121,93	48,66	
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	42.564.924,71	43.374.924,71	23.681.200,66	54,60	22.407.262,95	51,66	
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)^{4 e 5} - LIMITE CONSTITUCIONAL 15%							18,09
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(h ou i) - (15 x IIIb)/100]⁶							3.829.500,28
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
Inscritos em 2016	2.695.306,36	0,00	0,00	2.695.306,36			0,00
Total	2.695.306,36	0,00	0,00	2.695.306,36			0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência		Saldo Final (Não Aplicado)			
		(j)					
NADA A INFORMAR							
Total (VIII)							
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO						
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência		Saldo Final (Não Aplicado)			
		(k)					
NADA A INFORMAR							
Total (IX)							
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre	%	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre	%	Inscritas em Restos a Pagar não Processados ⁷
	(l)	(m)	(l/total l) x 100	(n)	(n/total n) x 100		
Atenção Básica	100.625.572,24	100.825.572,24	51.068.866,09	46,06	46.041.882,00	43,63	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	108.884.069,42	108.884.069,42	59.214.017,21	53,41	59.004.025,83	55,91	
Suporte Profilático e Terapêutico	2.297.271,56	2.097.271,56	160.574,67	0,14	144.038,89	0,14	
Vigilância Sanitária	1.007.830,40	1.007.830,40	132.127,29	0,12	96.161,57	0,09	
Vigilância Epidemiológica	1.409.813,91	1.409.813,91	296.124,28	0,27	251.276,59	0,24	
Alimentação e Nutrição							
Outras Subfunções							
TOTAL	214.224.557,53	214.224.557,53	110.871.709,54		105.537.384,88		

FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Secretaria do Orçamento e Finanças. Emissão: 27/07/2017, às 16:04h.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h" deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

IVO FERREIRA GOMES PREFEITO MUNICIPAL					RICARDO SANTOS TEIXEIRA SECRETÁRIO DO ORÇAMENTO E FINANÇAS				
SILVIA KATAOKA DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DA OUVIDORIA, CONTROLADORIA E GESTÃO					MARIA JEANE MENESCAL ALBUQUERQUE SALES CONTADORA				

MUNICÍPIO DE SOBRAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO/2017 - BIMESTRE MAIO E JUNHO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

Em reais

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR					REGISTROS EFETUADOS EM 2017					
			No bimestre	Até o Bimestre							
TOTAL DE ATIVOS											
Ativos Constituídos pela SPE											
TOTAL DE PASSIVOS											
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	NADA A INFOMAR										
Provisões de PPP											
Outros passivos											
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS											
Obrigações contratuais											
Garantias concedidas											
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
DESPESAS DE PPP											
Do Ente Federado, exceto estatutais não dependentes (I)											
Das Estatutais Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)											
Nota:											

FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Secretaria do Orçamento e Finanças. Emissão: 28/07/2017, às 10:30h.

IVO FERREIRA GOMES PREFEITO MUNICIPAL					RICARDO SANTOS TEIXEIRA SECRETÁRIO DO ORÇAMENTO E FINANÇAS				
SILVIA KATAOKA DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DA OUVIDORIA, CONTROLADORIA E GESTÃO					MARIA JEANE MENESCAL ALBUQUERQUE SALES CONTADORA				

MUNICÍPIO DE SOBRAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A JUNHO/2017 - BIMESTRE MAIO E JUNHO

RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	575.552.284,53
Previsão Atualizada	575.552.284,53
Receitas Realizadas	284.384.098,77
Déficit Orçamentário	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	
DESPESAS	
Dotação Inicial	575.552.284,53
Créditos Adicionais	
Dotação Atualizada	575.552.284,53
Despesas Empenhadas	267.819.494,39
Despesas Liquidadas	241.232.480,56
Despesas Pagas	224.428.472,45
Superávit Orçamentário	16.564.604,38
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	267.819.494,39
Despesas Liquidadas	241.232.480,56
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	548.021.746,17
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social	
Receitas Previdenciárias Realizadas (I)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)	
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	SEM MOVIMENTO
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no	Resultado Apurado	% em Relação à Meta	
	Anexo de Metas	Até o Bimestre		
	Fiscais da LDO			
	(a)	(b)	(b/a)	
Resultado Nominal	-13.342.355,33	0,00	0,00	
Resultado Primário	-3.257.823,32	13.817.165,87	-424,12	
RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
	Inscrição	Cancelamento	Pagamento	Saldo
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	32.339.558,75	0,00	28.102.450,99	4.237.107,76
Poder Executivo	32.334.386,85	0,00	28.102.450,99	4.231.935,86
Poder Legislativo	5.171,90	0,00	0,00	5.171,90
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO -PROCESSADOS	4.777.182,87	0,00	3.254.224,55	1.522.958,32
Poder Executivo	4.777.182,87	0,00	3.254.224,55	1.522.958,32
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	37.116.741,62	0,00	31.356.675,54	5.760.066,08
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO				
	Valor Apurado	Limites Constitucionais Anuais		
	Até o Bimestre	% Mínimo a	% Aplicado Até o Bimestre	
		Aplicar no Exercício		
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	26.171.267,87	25%	21,13	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio		60%		
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	31.109.333,43	60%	53,46	
Complementação da União ao FUNDEB		R\$4.500.000,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL				
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo não realizado		
Receita de Operação de Crédito	SEM MOVIMENTO			
Despesa de Capital Líquida				
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias (I)				
Despesas Previdenciárias (II)				
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)	SEM MOVIMENTO			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)				
Despesas Previdenciárias (V)				
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)				
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS				
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	SEM MOVIMENTO			
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos				
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				
	Valor apurado	Limite Constitucional Anual		
	Até o Bimestre	% Mínimo a	% Aplicado Até o Bimestre	
		Aplicar no Exercício		
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	22.407.262,95	15%	18,09%	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				
	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas / RCL (%)				
FONTE: Sistema Gestor Municipal, Unidade Responsável: Secretaria do Orçamento e Finanças. Emissão: 28/07/2017, às 12:19h.				
IVO FERREIRA GOMES		RICARDO SANTOS TEIXEIRA		
PREFEITO MUNICIPAL		SECRETÁRIO DO ORÇAMENTO E FINANÇAS		
SILVIA KATAOKA DE OLIVEIRA		MARIA JEANE MENESCAL ALBUQUERQUE SALES		
SECRETÁRIA DA OUVIDORIA, CONTROLADORIA E GESTÃO		CONTADORA		